

AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM ÁREAS MARGINAIS DE PRODUÇÃO

Jesiel Souza Silva¹

Eje temático propuesto:

Eje 10

Resumo: São várias as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para manterem a sua condição de agricultores e suprirem sua necessidade de sobrevivência. Este artigo objetiva analisar as formas de ocupação das áreas de domínio da União em Goiás, às margens das rodovias federais, pela agricultura familiar. Buscou-se entender o contexto de sua instalação e qual a contribuição dessa produção tanto para as famílias produtoras quanto para os mercados locais, quando há excedente produtivo. Utilizou-se da metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica; levantamentos de dados de campo, per meio da observação direta e entrevistas nas Unidades de Produção Familiar; e, dados secundários, pelas diversas plataformas institucionais e de outras entidades. As faixas de domínio da União que margeiam as rodovias são pequenos territórios fracionados, denominados também de beira de estrada ou faixa de domínio de terras públicas. Nesses espaços, os agricultores familiares, em suas estratégias de sobrevivência, combinam atividades agropecuárias e não agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção. Em tais locais, os agricultores optam pelo plantio de gêneros alimentícios para o autoconsumo, mas aquele espaço reduzido não lhes garante a produção de todos os bens alimentícios, fazendo com que vendam parte do que produzem para comprar a outra parte que não conseguem produzir.

Palavras-Chaves: autoconsumo; áreas de domínios da União; produção agroalimentar;

Abstract: There are several strategies adopted by family farmers to maintain their condition of farmers and meet their need for survival. This article aims to analyze the forms of occupation of the Union domain areas in Goiás, on the margins of the federal highways, by family farming. We tried to understand the context of its installation and what is the contribution of this production to both the producing families and the local markets, when there is a productive surplus. We used the qualitative methodology with bibliographic research; field data surveys, through direct observation and interviews in Family Production Units; and secondary data by the various institutional platforms and other entities. The Union domain lanes bordering the highways are small fractional territories, also known as the roadside or public land domain. In these spaces, family farmers, in their survival strategies, combine agricultural and non-agricultural activities, inside or outside the production unit. In such places, farmers choose to grow food for self-consumption, but that small space does not guarantee them the production of all food, causing them to sell part of what they produce to buy the other part they cannot produce.

Keywords: self-consumption; Union domain areas; agrifood production;

¹ Doutor em Geografia, Professor do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. E-mail: jesiel.souza@ifgoiano.edu.br

1. Introdução

O universo diferenciado da agricultura familiar é composto por diversas estratégias de reprodução para enfrentar os inúmeros desafios, restrições e oportunidades que se apresentam em diversos momentos do desenvolvimento socioeconômico das unidades familiares de produção. Por muitas vezes, essa escassez de recursos provoca a ameaça à segurança alimentar das famílias, asseverando a importância das estratégias existentes para sobreviver nos seus territórios de vida.

As estratégias encontradas pela agricultura familiar contribuem para desvendar a capacidade das unidades familiares de se adaptarem para a garantia da sua reprodução social e assegurar rendimentos e qualidade de vida. Paulino (2010, p. 21) observa que “o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar [...] permite respostas adaptativas às crises”.

Não é somente a produção de alimentos que assegura o trabalho e a renda às unidades familiares rurais (MALUF, 2004). A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade fazem parte das estratégias de resistência adotadas pelos agricultores familiares para garantir a reprodução social de seus membros. São elementos integrados fundamentalmente com a agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS, 2003). As rendas não agrícolas rurais ou urbanas contribuem para a reprodução das famílias, por exemplo, por meio do desenvolvimento do turismo rural, artesanato ou algum trabalho qualificado no campo ou na cidade (MALUF, 2004).

O papel do Estado, por meio de Políticas Públicas, é crescente nos últimos anos, expandindo-se desde meados da década de 1990, com enfoque diversificado em termos de apoio aos assentamentos de Reforma Agrária, ao crédito para agricultura familiar, às políticas de segurança alimentar, à comercialização institucional, ao combate às formas precárias de trabalho, à regularização fundiária, ao apoio às comunidades tradicionais e às ações de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2010). Porém, muitos agricultores ainda não acessam estas Políticas Públicas.

São várias as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para manterem a sua condição de agricultores e suprirem sua necessidade de sobrevivência. Dentre elas, destaca-se a atuação na agricultura em tempo parcial pelo trabalho acessório, por exemplo, empregando-se em outra propriedade rural e aplicando o dinheiro na sua propriedade; ou por meio da pluriatividade e agricultura *part time*. Os agricultores

familiares, em suas estratégias de sobrevivência, combinam atividades agropecuárias com atividades não agrícolas, dentro ou fora da sua propriedade, tanto nos ramos urbano-industriais quanto nas atividades desenvolvidas no meio rural como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais, sem necessariamente se tornarem proletários urbanos.

As transformações no espaço rural estão ligadas à própria modernização do território bem como ao processo de expansão do capital, e se apresentaram de maneira excludente, beneficiando a produção destinada à exportação. Isso tem provocado uma divisão fundiária bem delimitada: enquanto a agricultura moderna e comercial ao longo dos anos ocupou as chapadas, a agricultura tradicional e camponesa instalou-se nas bordas, vertentes e fundos de vale (MENDONÇA, 2004), e outros espaços marginais da produção agropecuária, como os das faixas nas encostas das rodovias, garantindo, assim, uma produção em pequena escala de alimentos.

Uma das áreas marginais se situa ao longo das estradas e rodovias de várias regiões brasileiras. É comum a utilização das áreas de domínio da União para explorações agropecuárias, mostrando-se importante na produção de alimentos em pequena escala. As faixas de domínio da União que margeiam as rodovias são pequenos territórios fracionados, denominados também de beira de estrada ou faixa de domínio de terras públicas. Por certo, para muitos agricultores familiares é a única alternativa de trabalho e produção de alimentos.

Em grande parte, as áreas de domínio da União são utilizadas pelas grandes explorações agrícolas como espaço contínuo das grandes propriedades de base agroexportadoras, rigorosamente utilizadas como extensão da grande propriedade. Porém, essas áreas também são utilizadas por agricultores familiares, sem alternativas de produção em outros espaços.

Os agricultores familiares que ocupam as terras da União, por não terem a posse da terra, são privados do acesso aos meios de produção de boa qualidade, da assistência técnica e extensão rural, das políticas de créditos e financiamento da produção, e, mesmo assim, contribuem para a oferta de alimentos que vão à mesa de parte dos moradores das cidades circunvizinhas.

A relevância deste estudo dá-se pela insuficiência de dados sobre esses sujeitos em nível nacional e pela inexistência de informações sobre esses sujeitos em nível local e regional, faltando análises e levantamentos das estratégias utilizadas pelos agricultores campesinos situados às margens da BR-364, entre os municípios goianos de Jataí e

Mineiros. É necessário conhecer seu processo produtivo, organização do trabalho e da produção, o que produzem, como e onde comercializam e as dificuldades encontradas nessa prática; as atividades realizadas além do trabalho na produção.

Este artigo tem como principal objetivo, analisar as formas de ocupação das áreas de domínio da União em Goiás, às margens das rodovias federais, pela agricultura familiar, buscando entender o contexto de sua instalação e qual a contribuição dessa produção tanto para as famílias produtoras quanto para os mercados locais, quando há excedente produtivo.

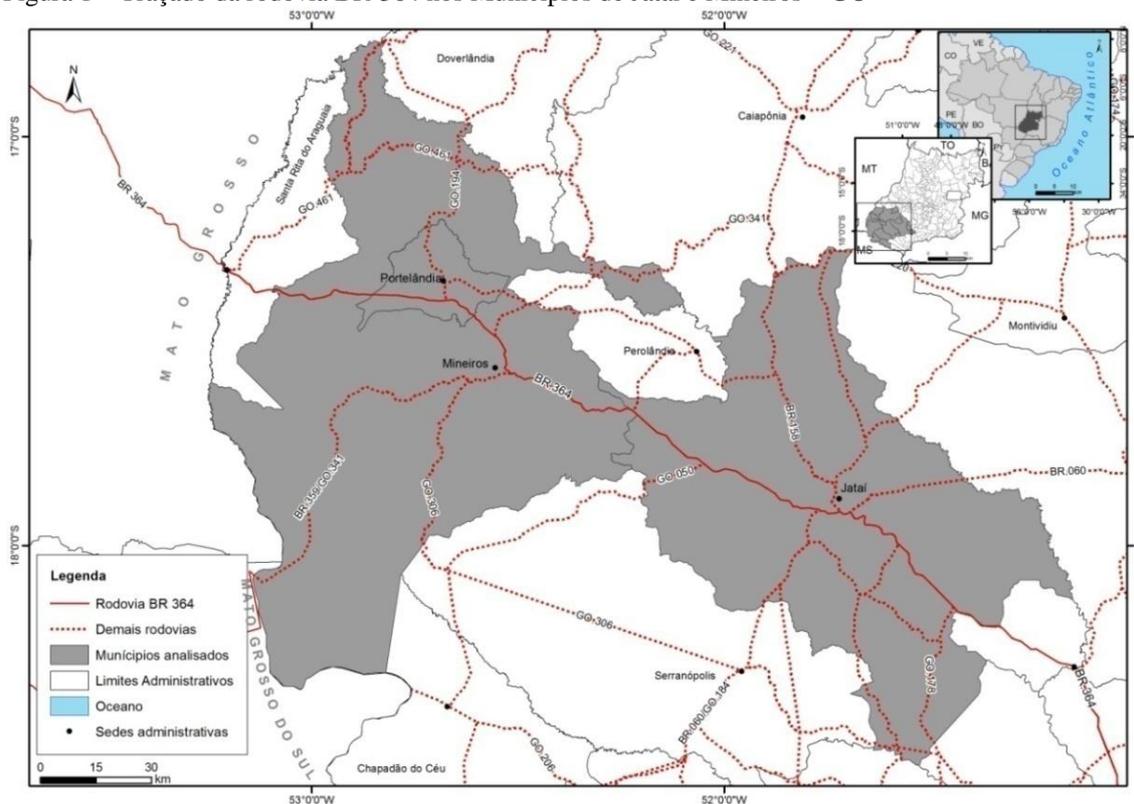
A problemática deste trabalho situa-se na questão socioeconômica em que estão envolvidos os pequenos agricultores familiares, excluídos dos estudos com populações rurais e das políticas públicas, intensificando a questão social dessa população. Apesar de ser tratada como pequena produção voltada principalmente para a autossuficiência alimentar e mesmo ocupando área de forma irregular, representa um dos tipos de exploração agropecuária responsáveis pela geração de produtos alimentares que contribui para o abastecimento dos mercados agroalimentares locais, inseridos em um circuito inferior de produção, distribuição e consumo que mantém relações com um circuito moderno capitalista, sobretudo, pelas relações de trabalho.

2. Metodologia da Pesquisa

O estudo deu-se na microrregião sudoeste do estado de Goiás, evidenciando os processos sociais, históricos e econômicos ali em curso desde a década de 1960. Além da caracterização da área supramencionada, nas orientações da pesquisa foram selecionados temas fundamentais que demandam aprofundamento e contribuem para elucidar e entender a problemática da investigação, resultando na fragmentação de áreas e segregação de pequenos agricultores.

A pesquisa de campo foi realizada com os agricultores familiares sem-terra que ocupam as margens da BR-364 (Figura 1), nos Municípios de Mineiros e Jataí, no Sudoeste de Goiás. Esta microrregião, a partir de meados do século XX, passou por grandes transformações com a introdução da agricultura tecnificada; a instalação do complexo de carnes, com a chegada da Perdigão – atual BRF Brasil – e, mais recentemente, com a introdução da agroindústria sucoenergética.

Figura 1 – Traçado da rodovia BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros – GO



Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2014.

Fonte: SIEG (2014).

As margens da BR-364, em sua extensão nos municípios goianos de Jataí e Mineiros, é o recorte espacial da presente investigação, uma vez constatado por intermédio de uma pesquisa exploratória que muitos pontos do seu traçado foram ocupados para exploração agropecuária por uma população que não tem a propriedade e tampouco a posse da terra, ao lado de áreas utilizadas pela grande produção agropecuária. Não foram encontrados estudos aprofundados que tragam como foco esses sujeitos.

A presente investigação, de caráter teórico e empírico, conforme Gil (2002), caracteriza-se como um estudo de caso com base nas seguintes fases: a) formulação do problema; b) definição da unidade-caso; c) determinação do número de casos; d) elaboração do protocolo; e) coleta de dados; f) análise e interpretação dos dados, e; g) preparação do relatório.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação teve por característica a pesquisa com coleta de dados primários em vários trabalhos de campo realizados ao longo dos anos, por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, observação passiva, história de vida tópica, além da coleta de dados secundários por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

As visitas exploratórias ocorreram em cerca de 40 Unidades Produtivas Familiares (UPFs), das quais 14 foram selecionadas para aplicação das entrevistas, excluindo aquelas famílias que ocupam áreas de domínio da União nos perímetros urbanos da BR-364 apenas para moradia. A observação realizada nas visitas exploratórias permitiu a constatação de elementos difíceis de serem apreendidos por meio de entrevistas, além de contribuir na interpretação dos espaços e forma de ocupação dos agricultores. Para uma compreensão do processo de luta pela terra nas áreas analisadas, foi fundamental a pesquisa documental, a partir de relatórios e/ou documentos de cobertura nacional, regional e municipal, produzidos e obtidos nos em vários sites de órgãos institucionais.

Os principais instrumentos utilizados na presente pesquisa foram: aparelho de *Global Positioning System* (GPS), para o mapeamento e a localização das UPFs instaladas às margens da BR-364, nas visitas a campo realizadas; câmera fotográfica, para registro etnográfico das famílias nas UPFs, a fim de auxiliar no processo de observação e captura do real e compor a ilustração do trabalho; e caderneta de campo, para registro das entrevistas e elementos observados no espaço.

3. Resultados e Discussão

A agricultura de base familiar apresenta-se como a forma mais apropriada de ocupação social do espaço agrário, em que a promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e inclusão social, em processo concomitante a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população, produzidos sob formas sustentáveis, em que as atividades que se propõem estimular são elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos diversificados e de qualidade (MALUF, 2004). Assim, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, ela cumpre suas múltiplas funções.

As faixas de domínio são superfícies lindeiras às vias rurais, delimitadas por ditame específico e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro) (BRASIL, 2008c). O termo faixa de domínio é conceituado conforme o Glossário de Termos Técnicos Rodoviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (1997, p. 1) como:

[...] a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte², acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

As faixas de domínio (Figura 2) compreendem o corpo da rodovia e áreas adjacentes até o limite das propriedades. Sua ocupação (uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio) e das áreas adjacentes às estradas e rodovias deve obedecer às condições de segurança de trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, de acordo com o art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro.

Figura 2 – Faixa de domínio da União



Fonte: Empresa Gaúcha de Rodovias.

Ao longo da rodovia BR-364, na região sudoeste do Estado de Goiás, existem múltiplas formas de utilizações da faixa de domínio da União. Nesse sentido, foi possível identificar, na rodovia aqui analisada, a utilização das faixas para plantio da pequena e da grande produção. Tais áreas são ocupadas tanto para a exploração pecuária quanto para a exploração agrícola. Além disso, essas faixas de terras se dividem entre as áreas que já foram desmatadas ou em processo de desmatamento – por fogo ou destoca – para desobstruir a área de pastagem ou de produção agrícola, áreas com residências (pequena produção) ou sem residências, e áreas que estão ocupadas por acampamentos de Reforma Agrária.

Em vários pontos da rodovia BR-364, nos municípios de Jataí e Mineiros, além da ocupação da pequena produção por meio de agricultores familiares, é possível

² Estrutura, como ponte, viaduto ou túnel que, pelas suas proporções e características peculiares, requer um projeto específico.

encontrar áreas ocupadas também pela grande produção agropecuária. Há uma ocupação quase que contínua das faixas de domínio da União pela grande produção agropecuária, em vários trechos da rodovia analisada. Essas faixas são utilizadas como extensão das grandes propriedades rurais. A exceção são as áreas com maior declividade, em que é mais difícil a mecanização, sendo essas áreas, em muitos casos, ocupadas pelos pequenos agricultores.

No sudoeste de Goiás, os territórios em disputa também se fazem presentes, entre as grandes propriedades estabelecidas nos trâmites do agronegócio, em disputas com territórios camponeses, de agricultores familiares, quilombolas, etc.

As grandes propriedades incorporaram as áreas em questão, explorando-as principalmente com milho, soja e eucalipto (Figuras 03 e 04). Assim, é muito comum o grande produtor agrícola retirar a cerca da propriedade que a divide com a área da União e fazê-la extensão da sua propriedade, plantando até a divisa com o asfalto e, conseqüentemente, aumentando sua área plantada e, evidentemente, a sua produção.

Figuras 03 e 04 - Formas de ocupação das Margens da BR-364, em Mineiros, GO.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Em vários momentos da coleta de dados, foram constatadas áreas em que a vegetação havia sido recém-queimada, e em outras visitas, essas já haviam sido ocupadas para exploração agropecuária. Sobre a questão, em geral, o grande proprietário faz a limpeza desse tipo de área com maquinários, enquanto o pequeno produtor faz uso de trabalho manual e do fogo para a destoca³ e limpeza da área.

As áreas utilizadas para pecuária, em sua maioria, são de grandes proprietários ou pequenos sitiantes que, além de suas propriedades, fazem uso das áreas de domínios da União para pastagem animal. Têm-se ali também indivíduos que residem em locais

³ Eliminação dos tocos remanescentes de uma área, após a derrubada. Envolve, a retirada da parte aérea do toco e de suas raízes até uma profundidade desejada, com o intuito de não prejudicar as operações subsequentes de preparo do terreno. É o maior problema do preparo inicial do solo para o cultivo, uma vez que os tocos apresentam reduzida superfície de apoio (ARF; BOLONHEZI, 2012, p. 11).

próximos, que fazem uso da área para plantio, tendo outro trabalho como atividade principal. Assim, esses obtêm uma renda acima da média dos agricultores e, por isso, utilizam técnicas modernas e maquinários, sobretudo, no processo de plantio. Mesmo esses agricultores não sendo alvo da fase de entrevista, apesar de importantes na fase exploratória da pesquisa, contribuem para a produção alimentar e diminuição dos índices de fome.

Vale destacar a grande quantidade de indivíduos ocupando a área de domínio da União na área urbana do Município de Mineiros. Contudo, apesar de toda a área aqui destacada fazer parte da fase de observação da presente pesquisa – área que engloba a zona urbana, zona de expansão urbana e áreas próximas –, essa não foi utilizada na aplicação das entrevistas, por entender que os agricultores em questão se caracterizam muito mais como meros trabalhadores assalariados urbanos que utilizam as áreas para moradia do que agricultores familiares, que utilizam as faixas de terras para trabalho. Assim, quanto mais distante da cidade, mais frequente é a condição de terra para trabalho e moradia. À medida que se aproxima dos principais núcleos urbanos, sua característica se aproxima mais de terras somente para moradia.

Não existe metragem padronizada das áreas ocupadas, mas verifica-se que na faixa de domínio nos trechos analisados da rodovia em questão tem uma média de cerca de 70 metros, somando ambos os lados entre a rodovia e a propriedade rural. Porém, esses retalhos de terras fazem parte da segregação socioterritorial produzida pela modernização conservadora do território. Ocupações de agricultores marginalizados vão se formando ao longo das faixas de domínio da União, em áreas não privilegiadas, por vezes ausentes de solo adequado, em detrimento da ocupação das chamadas áreas nobres pela grande produção agropecuária, que necessita de terras férteis e planas.

Para entender esse processo de segregação socioterritorial, é necessário entender o próprio desenvolvimento socioeconômico da microrregião em que se localiza essa área de estudo. Já que os pequenos produtores, em um intenso processo de deslocamento e migração, desterritorializam-se das áreas-alvo do agronegócio e vão se reterritorializar em outras áreas marginais que, *a priori*, não são as áreas nobres do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 132) observa que “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra”.

Diante do exposto, é preciso entender a presença desses sujeitos sociais para além da sua simples presença nesses locais. É necessário entendê-los a partir dos

complexos processos de construção e reconstrução de novos territórios da pequena produção, mesmo que a construção dos territórios tenha ocorrido a partir da exclusão dos agricultores em um processo de desterritorialização e reterritorialização que se deu em vários momentos.

Existe uma heterogeneidade dentro das UPFs nas faixas de domínio da União ao se verificar a quantidade de terra disponível, a técnica e os equipamentos agrícolas, a renda e a composição familiar. Esses fragmentos de terras representam para esses agricultores muito mais do que um espaço de produção, constituindo-se também em um local de moradia. Fato comprovado pelos entrevistados que, em sua totalidade, afirmaram que, além de produzirem, residem⁴ nesses locais.

Os agricultores que ocupam as faixas da União são recenseados e classificados como estabelecimento agropecuário sem receita e sem área. Sobre a questão, Schneider e Cassol (2013) destacam que os estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros que não se enquadraram na tipologia construída por não possuírem receitas advindas da venda da produção agropecuária foram denominados estabelecimentos agropecuários familiares sem receita.

Quanto à escolarização, 92,9% dos agricultores entrevistados não concluíram o ensino fundamental, e apenas 7,1% concluíram o ensino médio. Para Gnoatto et al. (2006), a baixa escolarização e o alto índice de analfabetismo no meio rural são empecilhos para a melhoria das condições de vida dessa parcela da população brasileira. O baixo nível de escolaridade dos entrevistados na presente pesquisa evidencia uma situação que ainda é comum no meio rural brasileiro. Se o problema da falta de escolas é comum nas comunidades rurais em áreas regulares, tal fato tem sua proporção aumentada ainda mais nestas áreas marginais, o que reflete diretamente na busca dos jovens por um lugar de trabalho e educação no meio urbano.

A média de filhos dos entrevistados é de três filhos, o que influencia diretamente no número de membros das famílias. Um total de 71,4% das famílias entrevistadas que ocupam essas áreas é composto de um ou dois indivíduos, enquanto 28,6% são formadas por três ou quatro indivíduos. Nesse sentido, tem-se que as famílias são compostas de um pequeno número de indivíduos. Vale apontar que em nenhuma das UPFs entrevistadas havia mais de quatro indivíduos.

⁴ Trabalhar e morar na Unidade de Produção Familiar (UPF) foi um dos recortes da presente pesquisa.

Uma das características do movimento rural-urbano é o rejuvenescimento do fluxo migratório, com os jovens cada vez mais deixando o campo. Esse número restrito de indivíduos que compõem a família se dá, sobretudo, pela falta de jovens nesses locais. Geralmente, ali coabitam pessoas com média de idade elevada, verificando-se um forte processo de envelhecimento dessa população, permanecendo nas UPFs, muitas vezes, apenas o casal de idosos. Tal fator não é favorável ao desempenho da prática agropecuária na agricultura familiar, mesmo considerando que esses produtores mostram maior experiência na exploração agropecuária, uma vez que a idade é um fator limitante em algumas atividades. Nesse sentido, as condições de trabalho, sobretudo as de trabalho manual, já não são tão favoráveis para aqueles indivíduos.

De fato, é perceptível a ausência de jovens nas UPFs em questão, tanto entre os entrevistados quanto na composição das famílias. Os pais acreditam na continuidade de estudos como melhoria de vida dos filhos que se deslocam para a cidade. Quando questionado sobre o motivo dos jovens não permanecerem na terra, foi possível a identificação de respostas variadas, mas pouco se percebe a vontade dos filhos de permanecerem agricultores, sobretudo pela dificuldade em acessar a terra de forma legal, considerando o medo de ocupar novas áreas em razão da iminente duplicação da rodovia BR-364, que desobstruirá a faixa de domínio da União.

As diversas dificuldades cotidianas em gerar uma renda regular e a falta de perspectiva em uma área irregular acarretam no crescimento da ida dos jovens para as cidades. Os próprios agricultores não incentivam os jovens a permanecerem nessas faixas, pois conhecem a labuta diária para se reproduzirem nesses locais.

Sobre a questão, Camarano e Abramovay (1999) apontam como crucial a relação entre o êxodo rural e o acesso aos serviços básicos da cidadania. Por exemplo, os indicadores de educação do espaço agrário brasileiro são bem mais precários que do urbano. Nesse caso, os jovens rurais ficam na cidade à procura de outras oportunidades no meio urbano. A ausência de jovens se deve a outros caminhos que passam a ser trilhados, geralmente relacionados à moradia na cidade para trabalho e estudo.

Assim, frente às adversidades enfrentadas pelos pais, os jovens tomam outros rumos, ficando nas cidades e visitando os pais nos finais de semana, ajudando em algum momento de necessidade de intensificação de mão de obra. Em suma, conforme Model e Denardin (2014), o esvaziamento do campo faz com que o êxodo rural cresça, sobretudo entre os jovens, ao encontrarem ocupações mais valorizadas e com remuneração superior à agrícola.

Esses agricultores, mesmo sem a posse e propriedade da terra, enquadram-se na categoria agricultores familiares, tendo em vista as três características da agricultura familiar assim destacadas pelo INCRA/FAO:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (1996, p. 4).

Porém, considerando a tipologia para categorizar a agricultura familiar proposta por Baiardi (1999), os agricultores em questão enquadram-se na categoria E⁵, ou seja, agricultura de base familiar totalmente desassistida. Esse tipo de agricultura familiar estabelece-se em áreas com menor aptidão para a produção vegetal e ausente de infraestrutura; configura-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de autonomia e descrentes quanto à possibilidade de mudar as condições em que vivem. Aqui, os agricultores estão às margens dos processos por falta de crédito, de assistência técnica e de acesso à terra em condições adequadas.

Quanto à percepção dos sujeitos partícipes da pesquisa sobre as melhorias nas condições de vida, esses afirmam que tal questão somente se dará quando, de fato, ocorrer de modo concreto o acesso à terra pela posse em algum assentamento ou propriedade. Para eles, a terra é seu meio de produção, pelo tamanho e pela falta de posse legal, é percebida como insuficiente. Os agricultores veem a terra essencial para sua “reprodução”. Assim, para os assentados, um pedaço de terra, mesmo que pequeno e irregular, já é motivo de satisfação, que não impede de continuar na luta pelo acesso a melhores condições de vida e trabalho.

Na Unidade de Produção Familiar, como uma propriedade camponesa, a terra é um instrumento de trabalho e não de exploração (SANTOS, 1978). Para Fernandes (2008a, p. 78), “é da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência”. Mesmo pequena, a faixa de terra é fundamental para a reprodução dos agricultores em questão, conforme atenta Alves:

⁵ O tipo A constitui-se em um sistema tecnificado e inserido no mercado, podendo cultivar áreas com extensão significativa. O tipo B seria a agricultura familiar integrada verticalmente às agroindústrias em regiões de colonização europeia. O tipo C seria a agricultura familiar tipicamente colonial, que ainda expressa valores dos imigrantes e com maior presença nas regiões serranas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. O tipo D seria a agricultura familiar semimercantil, que opera com área muito variável, mas em geral equivalentes ao tipo C (BAIARDI, 1999).

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado (2004, p. 209).

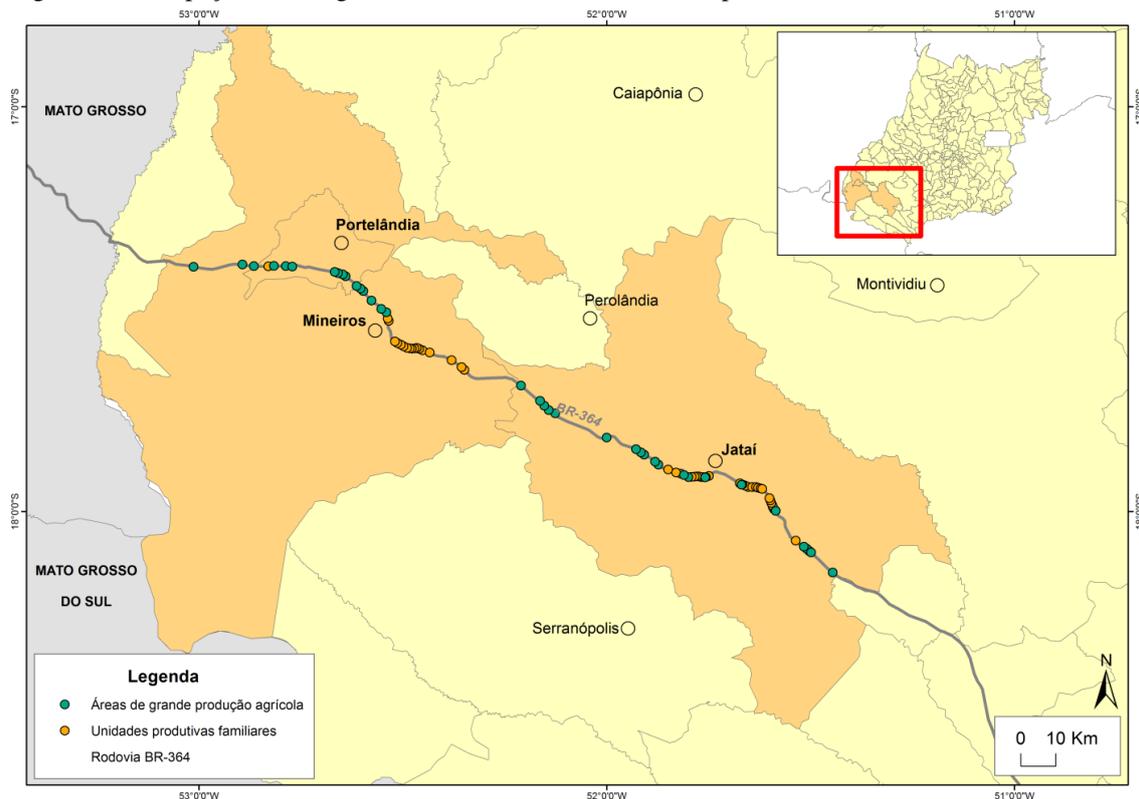
De acordo com Fabrini (2007, p. 26), o caráter dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra é uma forma de resistência, uma vez que a terra não é vista, necessariamente, como mercadoria para acumular capital. Assim, “o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza”.

Em razão desse caráter marginal, esse tipo de ocupação ao longo do tempo encontra sérias dificuldades de implantação dos seus sistemas de produção. Em geral, as maiores dificuldades encontradas nessas faixas de terras são: a precariedade de infraestrutura, a dificuldade do acesso à água e a declividade do relevo, o tamanho da área e a baixa qualidade do solo.

Embora as características dos solos da região não sejam ruins, os melhores tipos de solos são ocupados pela grande produção. Verifica-se que a escassez de recursos hídricos, aliados às características ambientais, como o solo, por exemplo, faz com que determinadas faixas às margens das rodovias sejam naturalmente limitadas ao uso destes agricultores para exploração agropecuária. Nesse sentido, em um dos relatos, o entrevistado afirmou que, aos poucos, outros problemas vão surgindo ou se intensificando, como, por exemplo, a falta de água.

Há ocupação da pequena e da grande produção nas faixas de domínio da União ao longo da BR-364 (Figura 05). A ocupação dessas áreas, sem dúvida, provoca um impacto na paisagem. Com relação à espacialização dos pequenos agricultores, sua ocupação se dá apenas onde a área não está ocupada pela grande produção. Não há ocupação pelos pequenos produtores das faixas onde não há cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União. Não tendo cerca, deduzem que é um território ocupado pelo grande produtor e não ocupam a faixa para evitar conflito com os grandes proprietários.

Figura 05 – Ocupações às margens da rodovia BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros – GO



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, é preciso que haja cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União para que essa área seja ocupada pelos pequenos produtores. Entretanto, essa é uma norma que não é escrita, tampouco falada, mas que norteia as relações de ocupação destas áreas. Em sua ocupação, esses territórios vão tendo novas funcionalidades, diferentes daquelas explícitas em leis, uma vez que ali as normas sociais estabelecidas entre esses agricultores se chocam com as normas legais ou jurídicas de ocupação destas áreas.

Em geral, as áreas ocupadas pela pequena produção são declives acentuados, uma vez que, na escolha da área, os agricultores se preocupam muito mais com a disponibilidade de água do que com a baixa declividade do terreno. Dificilmente as áreas planas são servidas de curso-d'água próximo. As áreas planas sem água nas proximidades são ocupadas pelos grandes proprietários, que fazem uso dessas para o plantio de monoculturas.

Os dados coletados em campo evidenciam que o tamanho do lote ocupado pelos agricultores na beira da rodovia é um fator fundamental para a sua existência. Além da difícil missão de medir as áreas ocupadas, seu tamanho é um elemento que nem sempre

os pequenos agricultores sabem determinar, mesmo sua extensão sendo fundamental para a exploração agrícola.

Nesse sentido, nenhum dos agricultores entrevistados na presente pesquisa relatou saber exatamente a área que ocupam. Assim, 85,7% desses afirmaram deter conhecimento aproximado sobre a questão, e 14,3% não souberam responder à questão. A média da área dos que afirmaram saber aproximadamente ficou em 0,5 hectares, dando a entender uma predominância de áreas relativamente pequenas. Em suma, quando questionados, responderam com imprecisão.

É uma média de 5 alqueires e meio (Agricultor 1).

Enquanto na grande produção a ocupação supramencionada, às vezes, passa dos dez quilômetros de extensão ininterrupta de produção agrícola, nessas faixas, a pequena produção dificilmente ocupa um quilômetro inteiro de extensão. Em suas referências de áreas, os sujeitos partícipes da presente pesquisa apontam as áreas, algumas vezes, em medidas de extensão, geralmente em metros, e não em metros quadrados.

Se for mais ou menos, porque eu nunca medi. Eu sei que a largura é aproximadamente 50 metros. Mas eu posso subir mil metros aí que eu posso produzir, está desocupada (Agricultor 4).

À medida que vão se afastando dos centros urbanos, as áreas aqui analisadas apresentam uma extensão maior, uma vez que, próximo às cidades, são ocupadas apenas para moradia, não apresentando diferença dos lotes urbanos. Nesse sentido, como há outros indivíduos ocupando as áreas próximas das cidades, evidentemente essas são áreas menores – situação diferente à medida que as cidades ficam mais distantes.

Geralmente, eles ocupam as faixas por grupos. Assim, eles se organizam em conjunto de agricultores em determinado trecho da rodovia, até mesmo por questão de segurança. Assim, as residências não ficam distantes umas das outras, o que favorece as relações de vizinhança.

Quanto às formas representativas de organização, nenhum agricultor declarou ser associado ou cooperado, mesmo reconhecendo a necessidade de se organizarem para, na busca de projetos, encontrar soluções e melhorias para a produção e comercialização dos produtos.

A falta de posse e propriedade da terra contribui para a falta de organização social e política, pois, estando em área irregular, lhes são negados o acesso às políticas

públicas. Isso contribui para que eles vivenciem uma situação de isolamento, ilhados e cercados pela grande produção, fato verificado pela ausência de participação em cooperativas ou associações. Ao declararem que não fazem parte de algum tipo de agremiação, evidencia-se esse isolamento.

A origem dos agricultores que ocupam as áreas à beira da rodovia BR-364 nessa faixa estudada é heterogênea. São oriundos das regiões nordeste (Pernambuco e Bahia), sudeste (Minas Gerais e São Paulo), sul (Rio Grande do Sul) e, principalmente, centro-oeste (Goiás e Mato Grosso). Esses, com suas culturas peculiares, estão há mais de 35 anos na região e, devido às consequências dos processos socioterritoriais que provocaram a expulsão e exclusão do pequeno produtor e trabalhador rural, hoje engrossam a massa de indivíduos que estão na luta pela terra e pela Reforma Agrária na região.

Isso mostra uma das faces do processo de territorialização do capital no estado de Goiás, que se deu pelas várias dimensões da expulsão dos pequenos agricultores que ocupavam as fazendas goianas, como agregados, caseiros, parceiros, expulsos a partir da implementação do Estatuto da Terra, em 1964. Além disso, com as transformações e relações de trabalhos impostas pelo agronegócio, muitos pequenos agricultores e suas famílias se transformaram em trabalhadores nas grandes explorações agropecuárias (CALAÇA, 2014).

Nas UPFs localizadas às margens da rodovia BR-364, não se tem a separação entre a gestão da unidade produtiva e a execução do trabalho, pois ambas as ações são de responsabilidade familiar. Esse agricultor vive na terra e da terra, em oposição à terra de negócio, voltada para a extração de mais-valia dos trabalhadores e objeto de extração da mais-valia social.

Quanto à jornada de trabalho familiar, foi observado que, em razão de grande parte da produção não ser comercializada, inexistiu uma rigidez de horário de trabalho diário. No geral, ela segue o fluxo do ciclo produtivo, sendo o trabalho realizado principalmente pela manhã em razão da exposição ao sol. Por outro lado, isso abre espaço para outras atividades não agrícolas no interior das residências.

Plantar e colher o alimento, mesmo pouco, é motivo de satisfação para os produtores, e esses se sentem realizados ao verem que o processo de trabalho foi compensado, nem sempre com uma remuneração, mas com o alimento disponível. Ressalta-se que a escolha do que produzir está muito ligada aos hábitos alimentares das famílias.

A principal produção destes agricultores são as hortaliças, que por sua sazonalidade na produção faz com que os preços sofram constantes variações, em alguns períodos - dependendo da safra, do ano e do excesso de produção - há uma queda dos preços, inclusive com valores que não cobrem os custos de produção.

Os agricultores que estão localizados em áreas com maior disponibilidade de água têm seus sistemas de produção voltados mais para a produção de hortaliças, considerando que essas, sobretudo, em períodos de seca, necessitam de maior disponibilidade de água. Aqueles que logram aliar as áreas planas com a disponibilidade de água e recurso financeiro, em geral, fazem uso de maquinários – pago em horas – para revolver o solo para o plantio. Entretanto, dificilmente utilizam para descampar ou destocar a área.

Como na maioria dos lotes não existe uma linearidade quanto à venda dos produtos, esses dados se tornam ainda mais difíceis de serem obtidos. Esses agricultores, exceto no caso das atividades de vendas semanais, como a venda direta na feira, não têm vendas programadas. Assim, a maioria vende o produto quando tem o excedente, que não é periodizado.

Os processos socioterritoriais, com base na modernização agrícola que levou à tecnificação do campo, e a sujeição da agricultura à indústria influenciaram diretamente a precarização das condições de vida desses trabalhadores. Tal aspecto se deve à perda da terra por alguns, mas também às alterações nas relações sociais e de trabalho, que transformaram muitos dos agricultores em trabalhadores urbanos e rurais assalariados, quando se analisa a origem dos trabalhadores. Apesar de em algum momento de suas vidas terem ficado sem terras para o plantio, muitos agricultores aqui analisados sempre estiveram ligados à terra.

Mesmo morando algum tempo nas cidades, e tendo a cultura tradicional alterada, esses agricultores não perderam completamente o modo de vida camponês, mantendo traços culturais camponeses através do seu modo de vida e relações de solidariedade que contribuem para a resistência camponesa. Ficando afastado da terra por um tempo, em um contínuo processo de migração no campo ou na cidade, isso não significa que esses perderam a sua campesinidade⁶. Ao retornar à terra, mesmo que de forma precária, esses se inserem novamente no ciclo de reprodução camponesa.

⁶ Woortmann (1990, p. 13) compreende “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”, que expressam valores éticos camponeses.

4. Considerações Finais

A agricultura familiar no Brasil é heterogênea. Inúmeros autores há muito tempo discutindo esta categoria social, utilizam ora pequenos agricultores, ora camponeses ou agricultores familiares. Assim, nem mesmo na Academia e tampouco nos movimentos sociais existe consenso quanto aos termos agricultores familiares e camponeses. Considera-se estar tratando da mesma categoria social, mas com suas diferenciações essenciais.

Mesmo a agricultura familiar sendo estratégica na garantia da segurança alimentar dos brasileiros e apresentando números expressivos de sua produção e importância, ainda hoje muitas famílias de agricultores familiares estão em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade socioeconômica. Grande parte dos pequenos produtores no Brasil sempre viveu marginalizada às grandes propriedades, com lutas diárias na busca de estratégias para continuar existindo, reproduzir-se e permanecer no campo.

Os dados supramencionados corroboram que, em sua maioria, aqueles agricultores, são produtores originários do campo e que, em algum momento, foram excluídos do processo produtivo, vendo nas ocupações dessas áreas uma chance de se tornarem novamente agricultores. Alguns, antes de ocuparem essas faixas, eram trabalhadores rurais, e poucos eram assalariados.

Assim, esses agricultores foram desterritorializados através da pressão exercida pela modernização agrícola e foram reterritorializados nesses espaços marginais de produção agropecuária. Isso é comprovado por Medeiros (2006), quando afirma que o camponês ao perder sua condição de pequeno proprietário, ou a sua relação com a terra, passa por um processo de desterritorialização. Porém, a autora afirma que, ao passo que vai construindo o território, o camponês, mesmo se incluindo em um novo processo de organização, manifestará as suas experiências acumuladas ao longo da sua história de vida. Dentre os diversos espaços de produção marginais ocupados pelos agricultores familiares, estão as faixas de domínio da união, que se mostram importantes no processo de reprodução desses sujeitos.

Assim, algumas razões principais fizeram com que aqueles agricultores retornassem à terra pela ocupação das terras que compõem as faixas de domínio da União, quais sejam: por perderem o emprego, tendo dificuldade de se empregar novamente a partir do trabalho urbano ou mesmo nas grandes propriedades; por se

aposentarem, vendo o rendimento da aposentadoria como uma segurança, em caso de insucesso na pequena produção nas áreas lindeiras; e a demora do acesso à terra via acampamento/assentamento rural, considerando que muitos desses agricultores fizeram parte dos acampamentos rurais ao longo da própria rodovia BR-364.

A falta de acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares faz com que eles não acessem as tecnologias modernas que estavam à disposição no mercado e, sem recursos, fizessem uso, em suas unidades produtivas, de técnicas rústicas de produção.

As lutas e estratégias dos agricultores familiares em espaços marginais, para continuarem existindo, passam pelas condições de geração de renda, pelas condições naturais dos locais onde estão instalados, pelo acesso a créditos e financiamentos, bem como pelas políticas de assistência técnica e extensão rural. Assim, a renda do agricultor familiar nessas faixas está constantemente sujeita a incertezas.

5. Referências

ALVES, José. A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ARF, Oriovaldo; BOLONHEZI, Antonio César. **Apostila de Agricultura Geral**. Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia. Curso de Agronomia. Unesp/Ilha Solteira. 2012. 96 p.

BAIARDI, Almicar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: 37, CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 1999.

BRASIL, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. **Glossário de termos técnicos rodoviários**. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. - Rio de Janeiro, 1997. 296p.

_____. **Código de Trânsito Brasileiro** – Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Brasília: DENATRAN, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, 2007. pp.8-32

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília: FAO/Incra, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GNOATTO, Almir Antonio; RAMOS, Celso Eduardo Pereira.; PIACESKI, Eneide Elena.; BERNARTT, Maria de Lourdes. Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002. 186 p.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Orgs. LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria L. Buenos Aires, CLACSO/USP, 2006. p. 281-293

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues Mendonça. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MODEL, Patrícia Aparecida; DENARDIN, Valdir Frigo. Agricultura Familiar e a Formação de Circuitos Curtos de Comercialização através das Feiras Livres: o caso da Matinfreira- PR. ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, 2003. p. 11-44.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, Sept. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: RIMISP (**Relatório de Pesquisa FIDA Pobreza y Desigualdade**), 2013.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguecia”**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990, 73 p.